



**Divisão Académica**

***Mestrado Científico  
2014-2015***

***CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO***

**Regência: Prof.<sup>a</sup> Doutora Alexandra Leitão**

***Tema geral do seminário – A Reforma do Contencioso Administrativo***<sup>\*</sup>

***Apresentação***

O contencioso administrativo é o principal meio de garantia da tutela judicial efetiva dos cidadãos perante a Administração Pública, e, por isso, um elemento crucial na construção do Estado de Direito democrático.

Nesse contexto, o direito processual administrativo tem de incluir mecanismos justos, céleres e eficazes de proteção dos particulares na sua relação com a Administração.

Para tal, devem existir meios processuais que assegurem o reconhecimento dos direitos dos particulares, a legalidade de todas as formas de atuação administrativa e a correspondente correção de quaisquer invalidades, incluindo a reconstituição das situações afetadas e o ressarcimento dos danos produzidos na esfera jurídica dos particulares.

A reforma de 2002, com a aprovação de um novo Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais e de um Código de Processo nos Tribunais Administrativos, revelou-se um ponto de viragem na criação de um sistema de contencioso administrativo que assegura, de facto, a realização do princípio da tutela judicial efetiva.

A revisão daqueles diplomas, atualmente em curso, inscreve-se nessa tendência de aprofundamento da garantia dos direitos dos cidadãos perante a Administração

---

<sup>\*</sup> O texto do anteprojeto de reforma do ETAF e do CPTA pode ser consultado aqui:  
<http://www.portugal.gov.pt/media/1352316/20140225%20mj%20prop%20lei%20cptaf.pdf>



### **Divisão Académica**

Pública, designadamente através da melhoria dos meios processuais existentes, tornando-os mais justos, céleres e eficazes.

O objetivo da disciplina de Contencioso Administrativo é proceder a uma análise sistemática das inovações introduzidas pela revisão em curso, na perspetiva dos particulares, da Administração e dos operadores judiciários.

Para tanto, afigura-se relevante não só a dimensão científica e dogmática das soluções adotadas, mas também os seus reflexos práticos.

Num momento de mudança legislativa, é muito importante realizar uma reflexão crítica sobre as inovações introduzidas pelo legislador, garantindo não só a sua melhor compreensão, mas também contribuindo para encontrar as soluções mais adequadas.

Administrative justice is the primary means of ensuring an effective judicial protection of citizens before Public Administration and is therefore a crucial element in building the democratic rule of law.

In this context, the administrative procedural law must include fair, timely, and efficient means to protect individuals. There must be procedures which ensure individual rights, the legality of all forms of administrative action as well as the compensation for any damages caused by Public Administration.

The 2002 reform proved to be a turning point in creating a system that, in fact, ensures the implementation of an effective judicial protection.

The reform of that legislation, currently underway, should further implement the judicial protection of the citizens before the Public Administration, by improving existing remedies, making them even more effective and expeditious.

The main purpose of the course of administrative procedure law is to undertake a systematic analysis of the innovations introduced by the ongoing reform, from different perspectives.

For this, it is important to analyze not only the scientific and dogmatic dimension of the adopted solutions, but also its practical consequences.



## **Divisão Académica**

At a time of legislative change, it is very important to conduct a critical reflection on the innovations introduced by the new legislation, not only to better understand it, but also to help finding the best solutions.

### ***Programa***

1. O âmbito da jurisdição administrativa e o fenómeno da privatização da Administração Pública
2. Em especial, a extensão da jurisdição administrativa à matéria da responsabilidade por expropriações, servidões e outras restrições de utilidade pública e aos ilícitos de mera ordenação social
3. Novidades ao nível dos pressupostos processuais
4. Representação e patrocínio do Estado e demais entidades públicas
5. Unificação das formas de processo
6. Tramitação processual: o contencioso administrativo entre o direito processual administrativo e o direito processual civil
7. Novo regime dos processos em massa
8. Processos urgentes principais: impugnações, condenações e intimações
9. Providências cautelares: principais inovações
10. Processo executivo: reforço da tutela judicial efetiva?
11. O alargamento do recurso à arbitragem: sintoma da crise dos tribunais administrativos ou reflexo da complexidade crescente das relações jurídico-administrativas?
12. Implicações substantivas da reforma do Contencioso Administrativo



## Divisão Académica

### *Bibliografia*

#### **Obras de carácter geral**

AAVV - *Reforma do Contencioso Administrativo*, volumes I, II e III, Ministério da Justiça, Coimbra, 2003

AAVV - *Novas e velhas andanças do Contencioso Administrativo. Estudos sobre a reforma do contencioso administrativo*, coordenação Vasco Pereira da Silva, Lisboa, 2005

AAVV - *Temas e problemas de processo administrativo*, coordenação Vasco Pereira da Silva, 2.ª edição, ebook ICJP, 2011

Almeida, Mário Aroso de - *Manual de Processo Administrativo*, Almedina, Coimbra, 2010

Almeida, Mário Aroso de / Cadilha, Carlos Alberto Fernandes - *Comentário ao Código de Processo nos Tribunais Administrativos*, Almedina, Coimbra, 2005

Andrade, José Carlos Vieira de - *A Justiça Administrativa*, 11.ª Edição, Almedina, Coimbra, 2011

Correia, José Manuel Sérvulo - *Direito do Contencioso Administrativo I*, Lex, Lisboa, 2005

Debbasch, Charles / Ricci, Jean-Claude - *Contentieux Administratif*, 8.ª edição, Paris, 2001

Fonseca, Isabel Celeste - *Processo Temporalmente Justo e Urgência*, Coimbra Editora, Coimbra, 2009

Gomes, Carla Amado - *Textos dispersos de Direito do Contencioso Administrativo*, Lisboa, 2009

Leitão, Alexandra - *A proteção judicial dos terceiros nos contratos da Administração Pública*, Coimbra, 2002

Martins, Ana Gouveia - *A tutela cautelar no Contencioso Administrativo*, Coimbra, 2005



### **Divisão Académica**

Nigro, Mario – *Giustizia Amministrativa*, 6.<sup>a</sup> edição, Bolonha, 2002

Oliveira, António Cândido de – *Organização judiciária administrativa (e tributária)*, Coimbra, 2003

Silva, Vasco Pereira da – *O Contencioso Administrativo no Divã da Psicanálise*, 2.<sup>a</sup> Edição, Almedina, Coimbra, 2009

### **Obras sobre o anteprojeto de revisão do ETAF e do CPTA**

AAVV – Notas ao Anteprojeto de revisão do CPTA e do ETAF, coordenação Carla Amado Gomes, Ana Fernanda Neves e Tiago Serrão, no prelo

Caldeira, Marco – “As providências cautelares pré-contratuais no Projeto de revisão do CPTA”, in *e-Publica: Revista Eletrónica de Direito Público*, n.º 2, julho de 2014, in [www.e-publica.pt](http://www.e-publica.pt)

Freitas, Dinamene de - Unificação das formas de processo – alguns aspetos da tramitação da ação administrativa, in *e-Publica: Revista Eletrónica de Direito Público*, n.º 2, julho de 2014, in [www.e-publica.pt](http://www.e-publica.pt)

Fonseca, Rui Guerra da – “A Suspensão de Eficácia de Atos Administrativos no Projeto de Revisão do Código de Processo nos Tribunais Administrativos”, in *e-Publica: Revista Eletrónica de Direito Público*, n.º 2, julho de 2014, in [www.e-publica.pt](http://www.e-publica.pt)

Gomes, Carla Amado – “Uma ação chamada... ação: apontamento sobre a reductio ad unum (?) promovida pelo anteprojeto de revisão do CPTA (e alguns outros detalhes)”, in *e-Publica: Revista Eletrónica de Direito Público*, n.º 2, julho de 2014, in [www.e-publica.pt](http://www.e-publica.pt)

Matos, Sara Younis Augusto de – “Do âmbito da ação administrativa urgente”, in *e-Publica: Revista Eletrónica de Direito Público*, n.º 2, julho de 2014, in [www.e-publica.pt](http://www.e-publica.pt)

Neves, Ana Fernanda - Âmbito de jurisdição e outras alterações ao ETAF, in *e-Publica: Revista Eletrónica de Direito Público*, n.º 2, julho de 2014, in [www.e-publica.pt](http://www.e-publica.pt)



## **Divisão Académica**

**Notas: Serão indicadas outras obras específicas, em língua portuguesa e estrangeira, sobre temas em especial**